

FUNDAMENTOS MARXISTAS: modo de produção como eixo para uma síntese em perspectiva histórica da relação Trabalho/Educação Física, Esportes e Lazer

Elza Margarida de Mendonça Peixoto¹

RESUMO

Este artigo trata da indicação da teoria e das categorias que o *Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação* tem considerado centrais para a apreensão e explicação do lazer enquanto realidade que se efetiva no processo de desenvolvimento das *forças produtivas* e das *relações de produção* em diferentes formações sociais, e, em especial, na formação social brasileira.

Palavras-Chave: Trabalho. Tempo livre. Modo de produção capitalista. Categorias. Teoria.

¹ Professora da Universidade Estadual de Londrina; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação. Contato: emmpeixoto@yahoo.com.br

Introdução

... quanto mais ampla a classe de atividades humanas aceitas como interesse legítimo do historiador, quanto mais claramente entendida a necessidade de estabelecer conexões sistemáticas entre elas, maior a dificuldade de alcançar uma síntese.
(HOBSBAWM, 1998, p. 204)

Neste número de *Motrivência* dedicado às relações entre educação física, esporte e lazer e o mundo do trabalho, gostaríamos de *colocar em questão e apresentar contribuições* que nos levem a refletir sobre a sugestão que a construção “mundo do trabalho” traz ao sugerir conceitualmente a possibilidade de a educação física, esporte e lazer estarem fora do “mundo do trabalho”. Trata-se de apontar a teoria, e em seu interior, as categorias que de fato possibilitam o entendimento dos nexos entre educação física, esportes e lazer (na forma das práticas, das políticas e da produção do conhecimento) com o trabalho, de modo a defender que não se trata de mundos à parte (ou de partes do mundo), mas de um mesmo e único movimento: as demandas dos homens no processo histórico de produção e reprodução de sua existência.

Nos tempos da negação da razão, da ciência, da verdade; nos tempos de negação das teorias

que permitem interpretações macroscópicas; no tempo da negação do planejamento das condições de produção da vida; alinhamo-nos aos que defendem que a *complexidade e a totalidade das relações* nas quais se inscreve a produção da vida hoje não eliminam (a) a possibilidade do conhecimento do real; (b) a produção de teorias que explicam o movimento do real; (c) e, à luz do entendimento do real, a projeção da melhor forma de agir ante aos problemas concretos que enfrentamos. Retomamos a defesa da história dos homens reais produzindo a vida como referência central para a explicação do modo como chegamos a ser o que somos hoje, realizando as diversas práticas que hoje realizamos. Contra o relativismo epistemológico retomamos a Concepção Materialista e Dialética da História como a teoria do conhecimento, a teoria científica mais avançada para a explicação da educação física, esportes e lazer. Defendemos que a educação física, esportes e lazer são práticas dos homens, produzidas no longo processo histórico no qual os homens vêm garantindo a continuidade de sua existência. Inscritas em uma totalidade histórica, estas práticas só podem ser adequadamente apreendidas nesta mesma totalidade histórica, em um

movimento que Engels, defendendo a lógica dialética, chamará de “verdadeira ação de pensamento” (ENGELS, 1979, p. 13), fundada na análise do real a partir de critérios muito objetivos que estruturam o modo de produção da vida em toda a história da humanidade: para existir, os homens necessitam produzir continuamente a vida, relacionando-se com a natureza e os outros homens. É nesta ação universal e histórica que propomos encaminhar as pesquisas para (a) o entendimento das relações entre o trabalho e a educação física, esportes e lazer no modo capitalista de produção da existência hoje; (b) a produção de sínteses explicativas próximas do movimento do real com indicativos de perspectivas que nos levem a reconhecer as possibilidades abertas para a ação.

Elementos para uma síntese em perspectiva histórica

A concepção materialista e dialética da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos
(ENGELS, S/D)

Considerando o importantíssimo histórico apresentado por Engels em *Anti-Duhring* (1979), mais tarde divulgado como *Do socialismo utópico ao socialismo científico (s/d)*, reconhecemos a *Concepção Materialista e Dialética da História* (MARX, K; ENGELS, F., 2007) como a teoria que – correspondendo ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas – viabiliza a apreensão da totalidade das relações nas quais se inscrevem as necessidades humanas que demandam a educação física, esportes e lazer no tempo histórico no qual vivemos. Trata-se, então, de tomar desta concepção a lógica explicativa (ação de pensamento) que expressa o movimento do real nas relações de produção capitalistas. Em uma simplificação, podemos dizer que o primeiro problema com o qual se deparam Marx e Engels é (1) distinguir o *real* da *representação* do real; e (2) teorizar os *nexos* entre o real e a representação do real, de modo a apanhá-los em sua totalidade, complexidade e movimento. O enfrentamento deste problema se faz nas obras de juventude, culminando com o *acerto de contas* com a formação idealista anterior e a estruturação dos pressupostos da *concepção materialista e dialética da história* (Marx e Engels, 2007), que apareceram em síntese em

obras posteriores (MARX, 1977; ENGELS, 1995; ENGELS, 1979; ENGELS, S/D).

Entre estes pressupostos, encontramos respostas às perguntas fundamentais que a humanidade vem se fazendo acerca da existência (o que é o ser?) e da possibilidade de seu conhecimento (é possível ao ser conhecer?). A resposta de Marx e Engels a estas questões é afirmativa, ancorada no desenvolvimento científico e tecnológico disponível e evidentes no seu tempo, que permitem o aprimoramento do método de pensamento (dialética idealista; materialismo empirista; materialismo dialético) destacando-se: (1) a prática dos homens como critério de verdade: *os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência*; (2) o princípio da anterioridade da existência material em relação à consciência: a existência como pré-requisito para qualquer ação, intenção ou pensamento humano; (3) a existência como dependente da ação direta de produzi-la (alimentar-se, habitar, agasalhar-se, produzir o alimento, o agasalho, a habitação – satisfazer as necessidades essenciais para existir); (4) a produção da existência enquanto realidade dependente da (a) condição física dos homens (do estágio da complexidade corporal), (b) das condições naturais, geológicas, orográficas, hidrográficas,

climáticas que se lhe deparam já elaboradas, (c) do estágio de desenvolvimento das forças com as quais os homens vão realizar a produção, produto do seu próprio desenvolvimento anterior; (5) o modo de produção da existência – entendido como as complexas, contraditórias e dialéticas relações estabelecidas entre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as disputas pela posse destas forças – como determinante, em última instância, do movimento contraditório e dialético das relações que os homens estabelecem ente si e com a natureza, e da produção de idéias daí decorrente; (6) as idéias, *as representações, a consciência, a religião, a história* produzidas por estes indivíduos, como práticas diretamente dependentes do modo como *produzem os seus meios de vida*; (7) a defesa da viabilidade de o homem conhecer e revolucionar o mundo real que lhe é exterior, com o qual se relaciona, a partir do qual produz sua existência, ao qual transforma, e em cuja ação transformadora ressurge transformado; (8) e a defesa da viabilidade do conhecimento da realidade que determina toda a existência humana estar determinada pelo conhecimento *das bases naturais e de sua modificação provocada pelos homens no decurso da história* (MARX, K.; ENGELS, F.; 1974, p. 18-19).

Reconhecendo estas premissas propostas por Marx e Engels, buscamos apreender o movimento de produção das práticas, das políticas e da produção do conhecimento em educação física, esporte e lazer – que, hoje, fora da história, nos figuram como objetos diversos e independentes – de modo a remetê-los à totalidade histórica que os produz.

Modo de produção, trabalho e educação

Em primeiro lugar, temos claro que educação física, esporte e lazer, para além de conceitos, expressam práticas dos homens (princípio da anterioridade da matéria em relação à idéia). Como práticas dos homens, para existir, dependem da existência de homens vivos. Ora, a existência de homens vivos depende da realização continuada da atividade vital pela qual os homens produzem e reproduzem sua existência. Esta atividade vital, esta produção da existência é, na sua forma mais elementar e particular, o próprio trabalho, a *condição fundamental de toda a vida humana* (ENGELS, 1979, p. 215), [...] *indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto,*

de manter a vida humana (MARX, 1989, p. 50). Esta *atividade vital* de produção da existência – este trabalho – realiza-se determinado pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, reconhecidas, em sua forma geral, como o modo de produção (comunal, escravocrata, feudal ou capitalista). É o *estágio do desenvolvimento dos meios* (das ferramentas, dos *métodos* com os quais manipulam estas ferramentas, e dos conhecimentos que armazenam sobre esta manipulação) que o homem interpõe entre si e a natureza, para produzir os bens necessários à manutenção e suas vidas que determina as relações que vão estabelecer com a natureza e com os outros homens.

Sob esta orientação teórica (decorrência da apreensão da prática pelo pensamento), apoiados na pesquisa dos fatos, temos condições – a partir dos conhecimentos já acumulados pela humanidade – de descrever com precisão os modos de produção próprios do comunismo primitivo, escravocrata, feudal e capitalista, e, em cada modo de produção, o modo como, nas relações de produção e troca, os homens vão providenciar a educação física de seus membros, adequada à posição que ocupam na divisão social do trabalho (defesa do território, produção direta das ferramentas e utensílios,

produção agrícola e industrial, ensino, governo etc.) em cada uma destas formações sociais.

Noutras palavras, é neste mesmo processo de produção da existência (na divisão social do trabalho para a produção do alimento, das armas e das ferramentas, do vestuário, da habitação, da guerra, das trocas) que o homem precisa adaptar-se organicamente ao ambiente, aprendendo a posicionar-se e a mover-se de acordo com as condições ambientais com as quais se depara. A educação física se faz no próprio trabalho (na própria atividade vital) de manter a vida, no instante em que se faz necessário resolver o problema de deslocar-se lenta ou rapidamente; produzir ferramentas para retirar o alimento da terra, das árvores, da água e adaptar-se ao seu uso; retirar da natureza (de animais e plantas) com precisão de movimentos os tecidos e as fibras necessárias para a produção do vestuário; extrair da natureza – com precisão de movimentos – os meios necessários e reorganizá-los – com precisão de movimentos em habitações. Há em todo este processo uma organização corporal, uma preparação física e uma transmissão social desta adaptação às gerações seguintes, e isto nos faz afirmar com tranquilidade que sempre existiu na história da humanidade uma educação física necessária à manutenção da vida dos homens,

sendo uma tarefa essencial para os que a pesquisam explicar, em diferentes conjunturas, os nexos e contradições que a determinam.

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção leva à complexificação das práticas (incluindo aqui o esporte como a forma moderna destas práticas), das políticas (de educação no interior e fora da escola, de formação dos que educam) e da produção do conhecimento (no interior e fora dos sistemas oficiais) que têm que responder as demandas concretas dos homens, que se desenvolvem junto com as forças produtivas e as relações de produção.

O fato da complexidade, não elimina a possibilidade de o pensamento apropriar a matéria, apenas obriga a um trabalho mais intenso de investigação dos nexos e contradições entre as práticas. Se as práticas aparecem como objetos isolados, com existência autônoma, o esforço acurado do pensamento orientado pelo método permite restabelecer as relações. Vejamos: a expansão da população determina o aprimoramento dos meios para a manutenção da existência coletiva. Este aprimoramento dos meios, leva à nova expansão da população que demanda novo aprimoramento dos meios. Neste movimento contraditório, dialético e de longa duração, os homens ultrapassam o limite de

forças produtivas que partiam do uso direto das mãos na terra, para o uso das colhedeiiras de milho, soja ou cana de açúcar que vemos hoje nos latifúndios (por sua vez, uma forma da propriedade privada, relações de produção diametralmente opostas à comunidade primitiva dos bens). Neste mesmo movimento de aprimoramento das forças produtivas, que possibilitam produção dos meios de existência com cada vez menos esforços e cada vez menor quantidade de mão de obra a educação física também se transforma, atendendo às demandas de segmentos tão específicos quantas forem as formas do trabalho na divisão social do trabalho que se vai desenhando ao longo da história dos homens. Isto se dá porque independente do estágio de desenvolvimento dos meios que interpõe entre si e a natureza, o homem é sempre, ele mesmo, uma força produtiva que necessita ser aperfeiçoada e adaptada às forças produtivas e relações de produção disponíveis em uma dada conjuntura histórica. O processo de formação para o trabalho destaca-se e institucionaliza-se como uma

forma específica de trabalho (a educação desenvolvida nos sistemas nacionais de ensino). Também a educação física converte-se em um campo de trabalho específico, atendendo a necessidades específicas dos homens em diferentes formações sociais, demandando *políticas e produção do conhecimento* específicas, mas inteiramente integradas à produção da existência.

O trabalho no modo capitalista de produção e o usufruto do tempo livre para uma atividade livre²

São as diferenças na divisão social do trabalho e na distribuição dos bens socialmente produzidos na comunidade primitiva, no escravagismo ou no feudalismo que vão explicar o modo como os escravos, os servos da gleba e os trabalhadores livres (aquele que vendem sua força de trabalho livres das relações de escravidão e de servidão) – cada um no contexto histórico em que são produzidos e produzem – realizam o trabalho

2 Este trecho do texto foi colocado em debate nos CEMARX, EBEM e HISTEDBR realizados no ano de 2009. Encaminhamos uma sistematização mais elaborada ao número especial da Revista do HISTEDBR a ser disseminado em 2011. Esta versão que encaminhamos à Motrivivência apresenta-se ampliada, com maior precisão da contribuição do marxismo de Marx e Engels para a explicação histórica da educação física, esportes e lazer, apresentando elementos inéditos nos textos anteriores. Desta forma, indicamos que trata-se de uma formulação teórica em processo de aprimoramento.

de produção da existência e dele se liberam.

A nosso ver, no que toca à questão do tempo livre do trabalho, o problema fundamental a ser investigado, em cada conjuntura, é a forma como é produzido e está organizada a distribuição do **direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre, que permite a produção e o usufruto da arte, da literatura, da música, da dança, dos jogos; daquilo que convenciamos chamar de cultura** e que, em Marx e Engels, aparece como superestrutura, produto da atividade vital humana (trabalho) no processo de produção da existência.

Marx e Engels oferecem as condições para o desvelamento deste problema em diferentes sociedades, ao afirmarem que *é através da divisão do trabalho que se torna possível [...] que a atividade intelectual e material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos* (MARX, 1974, p. 37-38). Esta explicitação está relacionada à denúncia constante de que a classe trabalhadora do século XIX, estava e está impedida de acessar e usufruir deste gozo, reconhecido como o *reino da liberdade*, passível de ser conquistado apenas quando findas as demandas decorrentes das necessidades de produção da existência.

Ao explicitar esta questão, Marx e Engels constroem as condições teóricas (e políticas) para que compreendamos que, historicamente, este **direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre** está, desde a instalação da propriedade privada, restrito a uma parcela da sociedade, que, detendo a posse dos meios de produção (MARX, 1989a, p. 202-203; MARX, 1989b, p. 828-882), pelo uso da força, impondo e tornando hegemônicas a lógica das idéias dominantes, estabelece-se como classe dominante, atribuindo a escravos, servos ou trabalhadores livres a manutenção das condições necessárias à sua existência privilegiada; ou seja, aprisionando as classes que efetivamente realizam a produção à condição de produtores da existência de toda a sociedade (a meras bestas de carga), impedidos do acesso ao *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* que, na divisão social do trabalho, *apenas a classe dominante vai possuir*. Esta condição, entretanto, não decorre da vontade individual dos homens que existem em um determinado tempo histórico, mas do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em uma dada conjuntura:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob

circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defronta diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1978, p. 329).

A forma das relações de produção não decorre do desejo dos homens, mas são imposições da necessidade de garantir a produção da existência coletiva em determinadas condições objetivas referentes ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Os conflitos decorrentes da escassez de recursos e da desigualdade na sua distribuição (a luta de classes) impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas impelindo para a solução destes problemas.

A produção da existência é, assim, uma sucessão contínua de produção de condições de satisfação de necessidades que complexificam-se em novas necessidades que geram nova produção. As práticas, as políticas e a produção do conhecimento são a expressão da tentativa de universalizar a satisfação de necessidades do ser em relações históricas determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas. É desta forma que o capitalismo, pela primeira vez na história, coloca a problemática da possibilidade de acesso ao **direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre** para aqueles

que efetivamente realizam o trabalho que permite a existência social e a produção do capitalismo como modo hegemônico de organizar a produção da existência.

Os estudos de Newton Cunha já apontaram que a definição da quantidade de tempo livre depende: (1) do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção; (2) do grau de organização e de autonomia ou poder daqueles que produzem ou mantêm a vida diária – a *força de trabalho*, a classe que porta a força de trabalho, a classe trabalhadora – atribuindo ênfase a este segundo aspecto (CUNHA, 1987, 9, 11-18).

O desenvolvimento das forças produtivas é resultado do intercâmbio material homem-natureza, que envolve a modificação da natureza e a modificação do próprio homem (MARX, 1989, p. 202). À medida que realiza a atividade que permite produzir a satisfação de suas necessidades (a produção de sua existência), o homem descobre as potencialidades adormecidas nos diferentes materiais imprimindo-lhes forma útil à vida humana. É assim que vai descobrindo meios de fazer brotar da terra o seu sustento, ora com as mãos; ora com uma pedra lascada; ora com uma pedra polida; ora com uma pá forjada do ferro bruto na brasa; ora com arados simples construídos com ferro e

madeira; ora com arados complexos tracionados pelo homem e pelo animal; ora o arado movido a motor – aumentando progressivamente a capacidade real de produção de grãos e hortifrutigangeiros. É assim que estuda a natureza, a interferência do clima e do tipo de solo nos processos de germinação, a produtividade dos diferentes solos com maior ou menor quantidade de água, as possibilidades de armazenamento e controle da água de modo a dominar a quantidade que chega às plantas, de modo a superar o limite natural, passando a produzir independente das estações, as entressafras. Ao dominar os processos de produção dos bens necessários à sobrevivência física, os homens passam a estar aptos a ampliar a sua própria reprodução física. Ao dominar o tempo necessário a esta produção, estão aptos a dela liberar-se para a produção e atendimento de outras necessidades que permitem simultaneamente, o aprimoramento da vida coletiva e o desenvolvimento de sua subjetividade: a filosofia, a política, as ciências e as artes.

Evidencia-se que o homem despende um *tempo de trabalho necessário à produção* que é inversamente proporcional ao *grau de desenvolvimento da força produtiva utilizada*. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas diminui

o tempo necessário ao processo de arar a terra para cultivar sementes. No entanto, apesar deste tempo necessário ser menor, são as *relações de produção* que vão determinar o gozo – o usufruto – deste tempo livre gerado com o avanço das forças produtivas (CUNHA, 1987, p. 12). Em uma sociedade escravocrata – como a greco-romana – não é possível falar em universalização do *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*, pois não existe um desenvolvimento das forças produtivas que viabilize liberar os homens (escravos) do processo de produção dos alimentos. O tempo livre para uma atividade livre (o ócio, a *scolé*) era, naquele modo de produção, um privilégio dos homens liberados das tarefas de produção da vida. E esta liberação só se tornava possível pela expansão do domínio greco-romano sobre os demais povos, convertendo-os em escravos. Nestas sociedades foi o trabalho escravo que viabilizou as condições de alimentação, habitação e vestuário; foi o trabalho de guerrear que viabilizou a produção da escravatura como modelo produtivo; e foram os trabalhos de ambos que viabilizaram a existência dos homens livres para pensar e fazer filosofia e arte. É nesta lógica que, em diferentes conjunturas e diferentes momentos históricos, determina-se a educação física e o

usufruto do tempo livre para uma atividade livre.

Esta formulação nos coloca em outro patamar ao considerar qualquer levantamento histórico acerca do *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*. Em primeiro lugar, estabelecem como critérios centrais para a identificação do lazer (1) a identificação do modo como o homem produz sua existência; (2) a identificação do grau de desenvolvimento das forças produtivas que ampliam as possibilidades da produção da existência; (3) a forma específica do trabalho (d ponto de vista biomecânico, ergonômico, social); (4) o grau de desenvolvimento das relações de produção, ou, da divisão social do trabalho; (5) a capacidade organizativa e de pressão daqueles que, na divisão social do trabalho, produzem a existência.

Apoiados nestes critérios, afirmamos que é apenas no modo capitalista de produção que vão estar colocadas as condições para que, na divisão social do trabalho, a classe que realiza a produção da vida possa reivindicar o *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*. Isto porque o desenvolvimento das forças produtivas, efetivamente, viabilizou as condições para o tempo socialmen-

te necessário à produção dos bens fundamentais à manutenção da existência. Entretanto – e isto Marx e Engels também assinalaram – a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho por uma parcela diminuta da sociedade, a condição privilegiada que esta apropriação permite, impede o desenvolvimento das condições que viabilizariam o acesso da classe trabalhadora a este direito, na medida em que ameaçam esta condição privilegiada, uma vez que tal tempo livre pode viabilizar o reconhecimento desta situação de opressão e a consciência da necessidade de revolução de suas bases.

Podemos avançar afirmando que é no século XIX que a problemática do tempo livre para uma atividade livre, vai adquirir condições objetivas para efetivar-se, resultante, simultaneamente, do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e da organização da classe trabalhadora. Esta conjunção de acontecimentos assume força a partir da segunda metade do século XIX, tendo como um de seus momentos centrais, reconhecidos pelos estudiosos do lazer, a organização internacional da classe trabalhadora, que, viabiliza, entre outras reivindicações, o movimento pela redução da jornada de trabalho

realizado pelos trabalhadores europeus na década de 80 do século XIX, cuja expressão mais conhecida no Brasil é o panfleto *O direito à preguiça*, de Paul Lafargue (edição original, 1880, edições traduzidas para o Brasil em 1980 e em 1999).

No século XX, todos os esforços serão empreendidos para a contenção desta organização dos trabalhadores que ameaça a hegemonia da classe dos proprietários do capital. A luta pelo *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*, vai sendo progressivamente disciplinada em um processo que envolve aquilo que Braverman vai chamar de *habituação do trabalhador ao modo capitalista de produção* (BRAVERMAN, 1987) ou Weinstein vai chamar, no Brasil, de *(re)formação da classe trabalhadora* (WEINSTEIN, 2000). Este processo de disciplinamento envolve: a corrupção de segmentos do proletariado (LENIN, 2002); a reestruturação dos processos de produção (GRAMSCI, 2001, 265-282; BRAVERMAN, 1987); o reformismo, o ataque ideológico ao comunismo conforme elaborado por Marx e Engels e a configuração da social democracia (LOMBARDI, 1993); o recuo liberal e a cessão dos direitos trabalhistas e sociais (HOBBSAWM, 1995); e a preocupação com a formação do trabalhador (WEINSTEIN, 2000; BRAGA, 2005),

e com a ocupação do tempo livre (SANT'ANNA, 1994; GOMES, 2003b, MARCASSA, 2002).

Estes dados nos fazem afirmar que a problemática da ampliação do tempo livre só se coloca quando as questões objetivas para resolvê-la já estão postas. A humanidade já desenvolveu as condições objetivas para a distribuição dos bens socialmente produzidos a todos os homens indiscriminadamente, incluindo o **direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre**. No entanto, no seio do desenvolvimento das forças produtivas, a parcela da sociedade que vem historicamente apropriando os meios de produção de modo privado – contendo o poder sob o controle das forças produtivas e buscando manter o controle das relações de produção – entrava (bloqueia) definitivamente o desenvolvimento da sociedade e dos homens. Neste contexto, o controle do tempo livre legalmente regulamentado, que viabiliza pela primeira vez na história uma possibilidade de atividade livre generalizada, deve, definitivamente, ser efetivado pela burguesia, seja pela delimitação das finalidades do tempo livre, finalidades limitadas aos interesses do desenvolvimento dos poderes da burguesia, seja pela determinação de uma diversidade de conteúdos fúteis que devem ocupar o tempo do trabalhador a

fim de impedir (1) a atividade livre; (2) práticas que desgastem a força de trabalho impedindo-a de realizar-se no processo de produção emancipado. No modo capitalista de produção o *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* vai sendo progressivamente, como a todas as necessidades, convertido em mercadoria luxuosa e cara (FALEIROS, 1980). O desafio não está apenas em desmascarar estas relações, mas em revolucionar a base material que as produz e explica.

Considerações finais

Os dados da realidade nos permitem afirmar que as leis gerais do desenvolvimento histórico do capitalismo, embora mais complexas, permanecem as mesmas e são hegemônicas em todo o mundo, determinando o conteúdo e a forma como os homens comem, bebem, se vestem, habitam, se locomovem, investigam, apreendem e explicam o real. Ao reconhecer que as leis gerais que orientam as relações de produção próprias do capitalismo não mudaram e determinam a vida dos homens, reconhecemos e reafirmamos que o *eixo teórico* – que explicita e orienta a crítica da economia política tal como ela ocorre no capitalismo e que permite o desenvolvimento das teses elaboradas

por Marx e Engels – permanece atual e adequado para a análise deste modo de produção, e de todas as práticas que nele são engendradas. Ou seja, ante as teorias científicas desenvolvidas ao longo da história dos homens com a finalidade de conhecer a realidade (no todo ou em suas partes) – o positivismo, a fenomenologia e o marxismo – reafirmamos a cientificidade, a profundidade, a abrangência e a superação proporcionadas pela Concepção Materialista e Dialética da História, enquanto teoria do conhecimento que viabiliza o salto qualitativo e quantitativo no olhar para o fragmento – ou suas conexões e relações mais imediatas – em busca das relações históricas mais amplas que determinam o real, teoria que defende “uma concepção unitária de ciência”, a história “como uma ciência de síntese” (FERNANDES, 1989, p. 10).

Referências

- ANDERSON, Perry. O modo de produção feudal. In: ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ANDERY, Maria Amália Abib, et all. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

- CUNHA, Newton. *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- ENGELS, Federico. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- ENGELS, Federico. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Moraes, s/d.
- ENGELS, Federico. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo : Global, 1985.
- ENGELS, Federico. *Anti-Dühring*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. 232 p.
- ENGELS, Federico. *Dialética da natureza*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 238 p.
- ENGELS, Federico. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl; MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- FALEIROS, M. I. L. Repensando o lazer. *Perspectiva*, São Paulo, n. 3, p. 51-65, 1980.
- HOBBSAWM, Erick. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LENIN, Vladimir ilch. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Parma, 1979.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção de capital*. Livro 1. Volume I. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989a.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção de capital*. 12 ed. Livro 1. Volume II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989b.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ABSTRACT

This article deals with of theory and categories indication wich, the “Studies and Research Group of Marxism, Story, Freetime and Education”, has been considered central to the Leisure understanding and explanation as a reality that effective it in the development process of *productive forces* and *relations of production* in many different social formations and in the Brazilian social formation especially.

Keywords: Work. Free time. Capitalist’s production ways. Categories. Theory.

Recebido: fevereiro/2011.

Aprovado: abril/2011.